



Engajamento intelectual e dissonâncias políticas

Deni Ireneu Alfaro Rubbo¹

Danielle Tega²

Resenha do livro:

TRAVERSO, Enzo. *Onde foram parar os intelectuais?* Belo Horizonte/Veneza, Âyiné, 2020.

O que se entende por “intelectual” e suas funções é algo que tem passado por profundas alterações nas últimas décadas. Ao tentar responder *Onde foram parar os intelectuais?*, título do livro publicado originalmente em 2013 na França [*Où sont passés les intellectuels?*], Enzo Traverso busca fazer um balanço sobre o papel, as atribuições históricas e o declínio dessa figura, expressando, ao mesmo tempo, o anseio por reinventá-la. Além de discutir desafios atuais das ciências sociais, a pergunta não deixa de ser uma indagação sobre o próprio ofício do autor enquanto intelectual.

Nascido na Itália e licenciado em História pela Universidade de Gênova, Traverso fez seu doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, onde foi orientado pelo sociólogo franco-brasileiro Michael Löwy. Sua tese é concluída em 1989, ano da queda do muro de Berlim – momento crucial na história recente e trabalhado pelo autor em várias de suas intervenções. Desde então, o historiador italiano já publicou cerca de vinte livros, e suas obras foram traduzidas para diferentes idiomas, consolidando-o como um dos mais

1 Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) – Dourados – Brasil - deni_out27@uol.com.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9150-6565>

2 Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados – Brasil - dani.tega@uol.com.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8607-7188>

renomados especialistas em história intelectual e política do Século XX. Após anos de docência em ciência política na França, Traverso se institucionalizou na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, e atuou como professor visitante na Espanha, Bélgica, Alemanha, México e Argentina.

Em grande medida desconhecida por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros, sua produção oferece contribuições originais para pensar as sociedades contemporâneas. O primeiro livro de Traverso publicado no Brasil foi *Melanconia de esquerda: marxismo, história e memória* (2018), obra que oferece uma reflexão crítica sobre as derrotas históricas da esquerda revolucionária, conjugando experiências catastróficas e utopias vividas (Rubbo; Tega, 2021). São da mesma casa editorial tanto o livro ora resenhado como *As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita* (2021). Trata-se, assim, de uma excelente iniciativa da editora ítalo-brasileira Âyiné em prol da circulação da obra do historiador.

Onde foram parar os intelectuais? é resultado de uma longa entrevista com o jornalista Régis Meyran, na qual Traverso é instigado a discorrer sobre questões políticas e culturais que compõem as metamorfoses da representação intelectual pelo tempo. A natureza desse livro-entrevista possui uma dinâmica peculiar que contrasta com a de seus trabalhos anteriores, como *À Feu et à sang: De la guerre civile européenne (1914-1945)*, de 2007, ou *L'histoire comme champ de bataille: Interpréter les violences du XXe siècle*, de 2011, cujos conteúdos expõem as metodologias adotadas nas investigações. No caso em questão, como costuma ocorrer nesse tipo de interlocução, há tanto perguntas nem sempre respondidas satisfatoriamente como respostas que explanam para além do indagado. Nesse movimento, o livro, dividido em três partes, realiza uma historicização crítica com base no ponto de vista do entrevistado.

Na primeira parte (“Do nascimento ao eclipse dos intelectuais”), tendo como base referências teóricas e empíricas exclusivamente europeias, Traverso faz uma reconstrução da noção de intelectual desde o final do Século XIX. Como tem sido comum nos estudos sobre sociologia e história dos intelectuais, o autor discorre sobre o “momento fundador” dessa figura que emergiria no afamado caso Dreyfus na França e sua imediata repercussão política e ética – episódio que opera “a transformação do adjetivo ‘intelectual’ em substantivo” (p. 13). O *status* de intelectual dreyfusiano havia se assentado mais do que o de “homens de letras” iluministas, sobretudo por conta da industrialização das sociedades europeias: enquanto os filósofos das Luzes tinham como interlocutores a aristocracia e a burguesia para a difusão e a circulação de suas ideias, a emergência da “sociedade de massa” alterava significativamente os condicionantes políticos,

sociais, econômicos e culturais de então. Nesse processo de urbanização e expansão capitalista, a divisão entre esquerda e direita na arena política e o *boom* da imprensa em grande escala moldaram o advento de intelectuais.

Nesse contexto, a mudança de condição de intelectuais é entendida pelo pertencimento material e simbólico de um grupo social (ou elite) e por certa autonomia conquistada, pois poderiam viver de sua pluma, gozando de um mercado de ideias e de um público receptíveis a suas produções, independentes de reis e príncipes como outrora. A comparação entre os compositores Mozart e Beethoven, pelo contraste de suas trajetórias musicais em relação ao contexto social, é ilustrativa: enquanto o primeiro era integralmente subordinado à sociedade da corte, o segundo não depende da camada aristocrática e, por isso, almeja reconhecimento popular de sua arte. Para Traverso, essas primeiras fusões entre bens culturais e mercado cumpriram um tipo de “emancipação”, embora o mercado “já se tornara indissociável da exploração e do colonialismo” (p. 17), o que revelava claramente as contradições no tecido social europeu do final do Século XIX.

Além da produção de uma obra, o historiador aponta que o espaço público foi outro campo fundamental para que intelectuais exercessem sua função crítica. Baseado na definição habermasiana, esse “lugar intermediário entre Estado e sociedade civil, entre esferas do privado e das trocas econômicas e das instituições”, permitia uma crítica que construía “seu espaço entre o campo de produção e o da decisão” (p. 15). O autor ainda sublinha que essa arena do espaço público sempre foi um “campo magnético em que se enfrentam forças e correntes antagônicas” (p. 18), disseminando não apenas ideias “contra a ordem”, mas também ideias imperialistas, eurocêntricas e racistas.

Traverso discorre sobre um conjunto de intelectuais de esquerda e de direita que vão se constituindo na paisagem sociocultural europeia por meio de tomadas de posições nas experiências históricas. A Grande Guerra, a Revolução Russa e a Segunda Guerra são acontecimentos que desencadeiam cataclismos e mutações significativas no plano intelectual. São momentos de conflitos ideológicos e polarizações entre revolucionários comunistas e fascistas intensificados pela ascensão dos regimes autoritários que obrigam intelectuais a assumir suas posições publicamente. Mesmo a corrente “pacifista”, expressiva nos anos 1920, passa a tomar partido com a escalada fascista, como é o caso de Albert Einstein. Outro nome lembrado pelo autor é Thomas Mann, que, outrora conservador, alteraria sua trajetória, representada especialmente em seu romance *A montanha mágica*, e passaria a ser conhecido pelo seu antifascismo. Ainda fazendo referência a esse período histórico, Traverso afirma que “[o] anti-intelectualismo

é um lugar comum da *intelligentsia* de direita” (p. 23). Mesmo que tivessem características suficientes para essa definição, pois viviam de sua pena e da defesa de suas ideias, “intelectuais de direita” não era uma expressão compartilhada, naquele momento, pelos sujeitos que a integrariam. Essa recusa em se identificar ou se definir enquanto “intelectual” pode ser observada no nacionalismo “facistóide” do escritor alemão Ernst Jünger e também em franceses como Charles Maurras, Maurice Barrés e Leon Daudet: o termo conteria uma carga altamente pejorativa, pois remeteria a um espírito “cosmopolita” e aos princípios filosóficos herdados do iluminismo – tudo aquilo que combatiam.

Nesse sentido, uma das contribuições de Traverso está no modo como analisa a luta antifascista enquanto fenômeno da história intelectual do Século XX. Ele discorda da tese de François Furet, segundo a qual o antifascismo seria uma “máscara” do comunismo soviético, para afirmar que, “antes de ser uma política, o antifascismo é um *ethos* coletivo; a virada antifascista do comunismo, que desembocava na política das frentes populares, não é sua matriz, mas sua consequência” (p. 31). Ademais, Traverso explicita a diversidade naquele contexto político: de antifascistas e anticomunistas, como o escritor Upton Sinclair, a antifascistas que, não sendo anticomunistas, eram abertamente antistalinistas, como os surrealistas, os participantes da *Partisan Review*, os irmãos Rosselli.

É também com base nessa relação que Traverso apresenta uma série de “imagens”, como também ofertaria em *Melancolia de esquerda*, para transmitir a mensagem indissociável entre intelectuais e engajamento político – seja George Orwell com um fuzil pendurado no ombro durante a Guerra Civil Espanhola, Marc Bloch na resistência francesa ou ainda Edward Said atirando pedras contra um posto de controle em Israel. Para construir a categoria de *intelectual crítico* que busca defender durante a entrevista, o historiador repensa duas caracterizações elaboradas por Norberto Bobbio: a do intelectual “filósofo-rei”, de caráter platônico, que busca entrar na política para assumir o poder e, por isso, “causa temor” borrando a diferença entre intelectual e poder; e a do “conselheiro do rei”, que assume um caráter de colaborador oferecendo seu conhecimento específico para o poder público. Em seguida, sugere uma terceira via, justamente a que marcaria a história do Século XX: a do “intelectual como crítico do poder”, aquele que “questiona o poder, contesta o discurso dominante, provoca discórdia, introduz um ponto de vista crítico” (p. 12), manifestando tais pontos de vista em sua obra e no debate público, instaurando, metaforicamente, a dissonância na harmonia musical.

No pós-guerra, a referência desse intelectual é a de Jean Paul Sartre, que se transforma em um “guru intelectual de uma geração”. Seu nome foi sinônimo

de rompimento com conformismo e “seu engajamento era forte, mas não o engessava em uma armadura ideológica, que hoje seria incompreensível; ele sabia preservar sua independência e sua voz singular”; “sempre atacou o anticomunismo [...] mas sua relação com o Partido Comunista era conflituosa” (p. 35). Sendo o intelectual sartreano uma expressão do intelectual crítico capaz de revelar problemas tanto à esquerda quanto à direita, Traverso lamenta certa “banalização antisartreana”, como comparações descontextualizadas e caricaturais entre o filósofo existencialista e Albert Camus: “Hoje em dia, o paradigma da lucidez é um liberalismo morno e insípido, projetado a *posteriori* sobre o passado como um tipo de sabedoria atemporal. Nem Sartre nem Camus merecem tal tratamento” (p. 37).

Nesse ponto da entrevista, há uma importante questão de Régis Meyran, que problematiza o acesso ao poder de intelectuais engajados. Apesar de ser perceptível o apreço do historiador italiano pelas mais diversas versões do “intelectual revolucionário”, que seria, a seus olhos, “uma figura bem mais fascinante”, Traverso não se esquivava da provocação e adverte ser necessário “reconhecer que sua ascensão ao poder foi muitas vezes catastrófica”. Durante as revoluções, intelectuais se tornaram “mártires” ou “cúmplices” na escalada totalitária, especialmente durante o stalinismo, que “exerceu coerção pesada sobre o pensamento dos intelectuais” (p. 43). Mesmo Leon Trótski, que expressaria as virtudes do intelectual crítico como opositor do regime stalinista, uma vez à frente do Exército Vermelho, instituição que definiu a execução de reféns, militarizou os sindicatos e legalizou a censura, teria revelado “a incompatibilidade entre o intelectual e o poder, os mal-entendidos e os perigos do entrelaçamento de papéis” (p. 45).

A segunda parte (“A ascensão dos neoconservadores”) é dedicada ao período que acelera o eclipse dos intelectuais, notadamente após a década de 1980. Como aponta Traverso, contradições históricas que se acumularam ao longo do tempo demarcariam a crise dos intelectuais e a necessidade de repensar sua função nesse novo contexto. Para expor tal diagnóstico, o autor entrelaça diferentes questões, como a universidade de massa e a proletarianização intelectual, o fortalecimento da mídia enquanto dispositivo que sequestraria o debate intelectual, o desinteresse de partidos políticos pelos intelectuais em preferência a publicitários, o fim do ciclo histórico com a queda do muro de Berlim, que se traduziria como triunfo do capitalismo.

Traverso não considera a “universidade de massa” como algo negativo; contudo, observa que, com seu advento, teria havido uma alteração do *status* social do intelectual, o qual sofreria um “rebaixamento” e seria mais um dentre tantos

atores que teria se sub-proletarizado, principalmente ao pensar “na quantidade impressionante de jovens pesquisadores em situação de penúria” (p. 49). Esse tipo de contradição já havia sido assinalado pelo autor ao pontuar, em outro contexto histórico, o desenvolvimento da sociedade capitalista e a expansão do mercado editorial. Atualmente, intelectuais são docentes de universidades com inúmeras tarefas em atividades de ensino, extensão e pesquisa, que recebem constrangimentos para alcançar índices de alta produtividade e, nesse sentido, em constante disputa com sua própria categoria.

A segunda questão está relacionada aos meios midiáticos e ao processo de reificação do espaço público enquanto êxito de certa “cultura da imagem” que chegaria a “colocar em questão o estatuto do escrito e, ato contínuo, a função dos intelectuais” (p. 59). Um “dono” de canal no YouTube pode influenciar milhares de pessoas com discussões teóricas e debates políticos sem depender de uma carreira acadêmica e de seu reconhecimento. A autoridade teórica do intelectual é paulatinamente diluída com o acesso instantâneo de informações a um clique. Hoje, o termo intelectual designa, com frequência, personagens midiáticos que, geralmente, não se enquadram na tipologia tradicional apresentada na primeira parte do livro: não são especialistas de governo; não são específicos ou pesquisadores; tampouco são críticos – pois ajudam a legitimar o poder. Assim, o intelectual engajado, aquele que encarnava a autonomia racional, a produção de utopias, a transgressão à ordem vigente, que era educador e solidário com as lutas sociais, passa a ser substituído pela figura do “intelectual midiático”, palatável (e inofensivo) em uma era “pós-ideológica” e “pós-totalitária”.

Um terceiro agravante está na crise dos partidos políticos. Enquanto estavam orientados por intelectuais “orgânicos”, nos termos de Antonio Gramsci, esses estruturavam os debates em jornais e revistas. Contudo, as organizações políticas passaram a direcionar seus esforços “segundo as flutuações de opinião medidas por sondagens”, desprezando a figura do intelectual e os substituindo por “gerentes de comunicação” e de publicidade (p. 52).

Por último, mas não menos importante, Traverso aponta a intrínseca relação desses problemas ao “fim de um ciclo histórico”, concretizado pela queda do Muro de Berlim em 1989, que atravessaria profundamente as subjetividades de intelectuais críticos. Esse divisor de águas teria antecedentes políticos dentro da própria trajetória da esquerda radical no Século XX. Como uma testemunha ocular, o autor assinala que “[o] silêncio dos intelectuais críticos advém efetivamente da interiorização de uma derrota. Tínhamos marchado em 1975 contra a guerra americana no Vietnã e descobrimos, quatro anos depois, as va-las comuns dos khmers. Isso nos atingiu profundamente” (p. 57). Além disso, o

fracasso histórico do comunismo e a hegemonia neoliberal tiveram como consequências, por um lado, o desaparecimento do engajamento revolucionário e, por outro, o surgimento do neoconservadorismo.

O primeiro ponto é elucidado por Traverso com base no debate sobre direitos humanos que, assim como a “democracia”, viraram uma espécie de marca a ser veiculada e produto a ser instituído pelas guerras. Se o engajamento do antigo intelectual crítico estava em causas revolucionárias, antifascistas e anti-colonialistas, agora ele não passaria de um “humanista” na defesa dos direitos humanos. Essa postura impacta as possibilidades utópicas de outrora: “O intelectual crítico imaginava a sociedade futura. Desde os anos 1980, porém, ele capitaneia uma celebração quase religiosa do passado e se encarrega de elaborar a memória” (p. 75).

Nesse mesmo contexto de retorno do anticomunismo, deflagra-se uma onda de intelectuais neoconservadores, muitos dos quais “ex-comunistas” ou oriundos da “extrema esquerda”. Embora com posturas bastante diversas, Traverso destaca certa atitude “anticonformista” assumida pelos neoconservadores que, por exemplo, “atacam o antirracismo como expressão do ‘pensamento único’ e propagam o mito da decadência em uma sociedade multicultural, mestiça, privada de seus valores fundadores, cortada de suas raízes” (p. 73).

Na terceira e última seção (“Quais são as alternativas para o futuro?”), Traverso transita pelas novas tipologias de intelectuais que emergiram nas últimas décadas e analisa recentes correntes políticas e movimentos sociais. Aqui, aparece a figura do “intelectual específico”, noção elaborada por Michel Foucault na década de 1970 a respeito do cientista que não intervém por valores universalistas; por outro, em consonância à tendência de setorização dos saberes, surge o “intelectual especialista” como uma pequena peça na fábrica das universidades de massa, moldado por uma aparente neutralidade analítica e pela linguagem técnica e hermética. Distante da autonomia crítica, converte-se numa figura frequente em programas televisivos, comentarista e intérprete de temáticas específicas, sem jamais questionar as contradições do sistema capitalista. Essa figura pode se tornar um *expert*, adotando uma linguagem corporativa na sociedade contemporânea que, semelhante ao papel de gestor técnico, integra o dispositivo governamental “a serviço dos tomadores de decisão”.

A preocupação de Traverso, contudo, “não é tanto a especialização dos saberes e o advento do intelectual específico (que é fruto daquela), mas sim sua contraposição ao intelectual universal, pois isso significa, na maioria dos casos, uma prática da expertise que exclui a crítica” (p. 84). O autor busca fornecer uma síntese entre o intelectual crítico e específico como um modo de redefinir

o papel do intelectual à luz de uma sociedade cada vez mais distópica, pois “a dominação, a opressão e a injustiça não desapareceram, e o mundo seria inabitável se ninguém as denunciasse” (p. 88).

Vale lembrar que esse conjunto de temas presente na última seção do livro-entrevista foi também discutido por intelectuais brasileiros. Em *O silêncio dos intelectuais*, organizado por Aduino Novaes (2006), foram debatidos a crise dos intelectuais “no campo da cultura e também como ponto de partida para discutir a crise dos universais, o relativismo, o ceticismo e outros problemas postos para a política e para o pensamento” (Novaes, 2006:11).

Nas páginas finais, o historiador italiano é perguntado sobre o crescente desencontro entre intelectuais críticos e movimentos sociais. Ele recorre, num primeiro momento, às lutas travadas desde a década de 1960 pelos chamados “grupos dominados”, como “negros americanos, mulheres e homossexuais” (p. 89), e como elas foram precípuas para a mudança de perfil nos departamentos de ciências sociais e história das universidades estadunidenses, “cada vez menos *wasp*”, cada vez mais asiático, negro e latino. A crítica ao colonialismo e ao eurocentrismo de Edward Saïd, de origem palestina, e que se coloca a favor dos dominados, “mostra que o surgimento do pensamento pós-colonial não coloca em xeque a figura do intelectual crítico” (p. 91). O que estaria em aberto, segundo a visão do autor, é se a crítica pós-colonial teria condições de transcender a universidade e gerar uma influência política de grande alcance, como ocorreu com o anticolonialismo e anti-imperialismo das décadas de 1950 e 1960.

Em seguida, ele recorda que as derrotas históricas das revoluções do Século XX deixaram os movimentos sociais órfãos. “O paradoxo de nossa época é que ela é obcecada pela memória”, afirma, enquanto os movimentos de contestação “não têm memória alguma” (p. 98), já que não se inscreveriam na linhagem dos movimentos revolucionários do Século XX. Para Traverso, os indignados da Espanha, a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, entre tantos outros não escapariam de uma vida efêmera, de uma “formação de agregados temporários de indivíduos reunidos pela contingência de um único dano e dispersados logo que litígio é resolvido”. Embora suas ações abram um espaço utópico alternativo à globalização neoliberal, seriam demasiadas momentâneas. Laconicamente, afirma: “os movimentos de contestação hoje oscilam entre Scylla e Charybdis, entre a recusa do passado e ausência de futuro” (p. 103).

Resulta interessante a observação de Traverso sobre os movimentos atuais, especialmente ao apontar os perigos de mobilizações quando elas não apresentam propostas alternativas ou estão descoladas de pontos de referência política. Trata-se de uma questão que o autor aprofundaria em *Melancolia de esquerda*:

marxismo, história e memória (2018), livro originalmente publicado em 2016, no qual salienta que, “uma vez que as utopias acabam, um luto bem-sucedido também poderia significar uma identificação com o inimigo: um socialismo perdido é substituído por um capitalismo aceito” (Traverso, 2018: 117). Ainda nessa obra, o historiador italiano propõe “despatologizar” a melancolia, concebendo-a como premissa imprescindível ao processo de elaboração de luto, como um passo capaz de ajudar o sujeito a se tornar ativo novamente, na “*aposta* por uma melancolia que não seja nem paralitante, nem circunscrita em si mesma, mas como estímulo à autorreflexão crítica diante de uma visão trágica da história” (Rubbo; Tega: 3).

Apesar disso, *Onde foram parar os intelectuais?* deixa uma série de inquietações, pois as respostas de Traverso assinalam a falta de potencialidades em movimentos que, muitas vezes, entram em cena de maneira radical contra as ofensivas neoliberais. A despeito de concordarmos com sua análise de que a noção de identidade tenha começado a substituir a de “classe” nas ciências sociais, especialmente em consequência da crise do marxismo e do fim do “socialismo real”, não nos parece razoável considerar “identitários” movimentos contestatórios feministas ou antirracistas que lutam contra desigualdades sociais estruturais. Pode-se argumentar que muitos desses movimentos tenham se tornado massivos após a primeira edição do livro em tela, ou que tenham assumido maior relevância em países que não façam parte do recorte adotado na entrevista. Seriam os casos, por exemplo, de mobilizações como o *Ni una menos*, que alçaram protestos multitudinários contra a violência de gênero na Argentina, Chile e Uruguai em junho de 2015; ou da *International Women’s Strike*, que teve a adesão de mais de 50 países em março de 2017. Mas valeria ponderar que várias dessas articulações foram possíveis por conta de processos que já estavam em pauta, inspirados por experiências de assembleias e construções menos hierarquizadas que forjaram nova geração de intelectuais e de militantes pelo mundo, especialmente após a crise de 2008.

Concentrando-se quase que exclusivamente na história europeia, outras questões ficam pendentes, como quais seriam as *causas universais* defendidas pelo “intelectual engajado”. Dois tipos aparecem nesse cenário: quem intercede por uma universalidade abstrata (colonial e masculina), apologeta da modernidade capitalista e da ideologia do progresso; e quem intervém por uma universalidade concreta em mudança, crítico da modernidade e do progresso. Essa diferenciação poderia ter sido mais aprofundada pelo historiador italiano, pois acreditamos que seu argumento em defesa do intelectual crítico, específico e universal, esteja nessa segunda opção. Outro problema que advém do recorte regional é a

ausência de um pensamento sobre a emergência de intelectuais negras, negros e indígenas, tema que problematizaria ainda mais as contradições das universidades de massa. Pensando no caso do Brasil, por exemplo, observamos como as políticas de cotas vieram acompanhadas por uma crescente demanda de produtividade calcada em ideais individualistas e competitivos, dificultando a inserção profissional de intelectuais das comunidades negras e indígenas.

Outras lacunas poderiam ser evitadas caso a obra apresentasse um prefácio à edição brasileira com explicações sobre a história da criação do livro-entrevista, sua proposta inicial, seu desenvolvimento, seu público alvo e qual a relação entre entrevistador e entrevistado. O prefácio de Régis Meyran tampouco situa o local e como se deu a conversa com o entrevistado, ainda que as notas possam conduzir a um aprofundamento da leitura.

Por fim, mas não menos importante, valeria à pena perguntar a Traverso “onde estão *as* intelectuais?”. De nossa parte, há um evidente incômodo na leitura do livro causado pela escassez de intelectuais mulheres. Ainda que o recorte seja europeu, o destaque a Sartre contrasta com a quase ausência de Simone de Beauvoir, intelectual que inspirou mais de uma geração de intelectuais (e) feministas, seja pelos temas trabalhados em sua obra, seja por seu engajamento político. Poucas menções são feitas a Hannah Arendt, outra intelectual pública que não escapava de polêmicas com a esquerda ou com a direita. Mesmo quando percorre momentos dos EUA e aborda questões raciais e de gênero, não há uma palavra direcionada a Angela Davis; ao abordar debates mais recentes, nenhuma declaração é feita sobre Judith Butler. Dentre tantos outros nomes possíveis, essas breves provocações não estão descoladas das demais inquietações acima apresentadas.

O livro-entrevista possui uma dimensão autobiográfica e reflexiva: Traverso fala do seu lugar de intelectual crítico que, no conjunto da produção sobre intelectuais, apresenta não apenas um resumo sobre essa figura, mas defende um ponto de vista engajado, tal como muitos dos intelectuais por ele referidos. Por outro lado, ainda que não lhe falte erudição ou rigor teórico, o foco no debate europeu, branco e masculino oculta uma série de perspectivas sobre as quais o historiador poderia trazer contribuições. Não deixa, desse modo, de ser uma obra necessária para uma reflexão histórica e sociológica sobre o papel de intelectuais, suas metamorfoses, ilusões e utopias..

Referências

NOVAES, Adauto (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

- RUBBO, Deni Ireneu Alfaro.; TEGA, Danielle. Cartografias da derrota: lembranças marxistas e melancolia política. *Revista de História*, n. 180, p. 1-13, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.176817.
- TRAVERSO, Enzo. *As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita*. Belo Horizonte/Veneza, Âyiné, 2021.
- TRAVERSO, Enzo. *Onde foram parar os intelectuais?* Belo Horizonte/Veneza, Âyiné, 2020.
- TRAVERSO, Enzo. *Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*. Belo Horizonte/Veneza, Âyiné, 2018.
- TRAVERSO, Enzo. *Où sont passés les intellectuels?* Paris, Éd. Textuel, 2013, coll. Conversations pour demain.

Recebido em: 15/01/2022

Aprovado em: 14/04/2022

Como citar esta resenha:

- RUBBO, Deni Ireneu Alfaro e TEGA, Danielle. Engajamento intelectual e dissonâncias políticas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 2, maio - agosto. 2022, pp. 619-629.